



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE ARARAQUARA/SP

Alexandre Harlei Ferrari¹

Maria Cristina de Senzi Zancul²

RESUMO: Nesse artigo descrevemos e analisamos as propostas de Educação Ambiental contidas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de oito escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de Araraquara, Estado de São Paulo. Com a finalidade de detalhar as referências sobre os temas e as atividades relacionadas a Meio Ambiente contidas nos PPP, foi elaborado um roteiro e as informações obtidas foram separadas em duas categorias: a) conteúdos e atividades; b) fundamentos teóricos. Observou-se que, embora sete dos PPP apontem trabalhos com a temática ambiental, eles não trazem indicações que permitam identificar fundamentos teóricos e metodológicos para as ações programadas.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Ensino Fundamental. Projeto Político-Pedagógico.

ABSTRACT: In this paper, we aim at describing and assessing Environmental Education in Pedagogical Policy Projects (PPP) drawn by eight elementary schools belonging to the city school network of the city of Araraquara, in the State of São Paulo, Brazil. A framework was designed to detail references to topics and activities related to the environment contained in the respective PPP. Next, the information obtained was recorded under two categories: a) content and activities, and b) theoretical background. It was found that, although seven out of the eight PPP studied pointed to work towards environment-related topics, they do not enable the theoretical and methodological grounds behind their programmed actions be identified.

Keywords: Environmental Education. Elementary School. Pedagogical Policy Project.

Introdução

A visão de que a natureza forneceria, de forma inesgotável, tudo o que a humanidade viesse a precisar para o seu desenvolvimento, foi tida como correta durante muito tempo,

¹ Mestre em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Araraquara, Estado de São Paulo – Brasil. Contato: ahferrari@itelefonica.com.br.

² Prof^a. Dr^a. do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Araraquara, Estado de São Paulo – Brasil. Contato: mczancul@fclar.unesp.br.

sendo questionada somente no século XX, a partir da constatação de que os recursos naturais são finitos e de que o meio ambiente não se recupera rapidamente das ações às quais é submetido em prol do progresso.

Mauro Grün (2005, p.45), a respeito de questões sobre ética e educação ambiental, assevera que um problema ambiental (ecológico) não é “somente um problema técnico, mas é também um problema ético”, e que uma revisão da literatura no campo ético ambiental identificará o “antropocentrismo como um dos elementos responsáveis pela devastação ambiental”.

Para ele, tomando como referência a literatura sobre o problema ético ambiental, o “antropocentrismo – a postura que apregoa que o ser humano é o centro de tudo – seria o pivô da crise ecológica” (GRÜN, 2005, p.45).

No mesmo sentido, Samuel Branco aponta que:

Desde o surgimento do homem na Terra, os tipos de impacto ambiental têm se diversificado e sua frequência aumentado muito. O primeiro tipo de impacto causado pelo homem provavelmente derivou-se do domínio do fogo. À medida que a espécie humana foi desenvolvendo novas tecnologias e ampliando seu domínio sobre os elementos e a natureza em geral, os impactos ambientais foram se ampliando em intensidade e extensão (BRANCO, 2002, p.20).

As consequências do processo de intervenção humana são observadas nos sérios problemas ambientais enfrentados na atualidade: a perda da biodiversidade, a poluição do ar, da água e dos solos, o desmatamento e o “aquecimento global” - tão comentados pela mídia -, todos eles representando grande ameaça às formas de vida no planeta.

Branco (2002) avalia que o planeta enquanto biosfera, dividido em ecossistemas complexos e auto-reguladores, suporta de forma quase infinita, mas não infinita, as mudanças cíclicas que ocorrem, absorvendo os impactos de épocas rigorosas (invernos, secas, inundações e outros fenômenos), sem a ameaça de ser devastado por catástrofes em escala global.

Acontece, porém, que a maneira como homem interfere nesses ecossistemas, de forma não cíclica, “mas contínua ou desordenada”, alterando as características essenciais do sistema, “introduzindo elementos estranhos ou retirando elementos essenciais”, pode provocar “danos irreversíveis – os impactos ambientais” (BRANCO, 2002).

Com isso, as “interferências nesse processo contínuo, por meio de freqüentes e múltiplos impactos ambientais, podem levar à catástrofe, que seria o desequilíbrio total da biosfera” (BRANCO, 2002).

Podemos considerar que, embora afetem direta ou indiretamente a vida de milhões (ou bilhões) de pessoas no mundo, os problemas ambientais não são adequadamente tratados como frutos da relação entre o homem e a biosfera, o que nos leva à necessidade de pesquisar e discutir essa relação, buscando conscientizar a população e educá-la para uma ação humana ambientalmente responsável.

Surgem, porém, as questões: Como agir? Que caminhos trilhar? Que meios utilizar? Como garantir que a sociedade tenha acesso às informações sobre os problemas ambientais em sua totalidade, e como nos assegurar de que essas informações possam gerar mudanças de comportamento? Essas não são, como tantas outras, perguntas simples de serem respondidas, tanto pela sua subjetividade, como pela dimensão que tomam. Como fazer, então?

Defendemos a perspectiva de que a Educação Ambiental, a partir do trabalho pedagógico desenvolvido na escola, deve proporcionar experiências concretas que insiram o educando numa prática social real, para que ele possa construir seus valores e hábitos, colocando-se como ser ativo diante de sua comunidade, refletindo sobre aquilo que acontece no espaço onde vive e atuando de forma consciente, buscando contribuir para a manutenção, a conservação e a preservação do Meio Ambiente.

Nesse sentido, entendemos que a Educação Ambiental tem, como uma de suas possibilidades, a de proporcionar experiências reais de intervenção no meio social, fornecendo subsídios significativos e legítimos para que o educando, no âmbito da educação formal, se coloque como ator do processo de ensino-aprendizagem, visando a formação de uma consciência ecológica ativa.

Impulsionados por essas premissas, desenvolvemos uma pesquisa, que resultou em dissertação de Mestrado cujo objetivo foi o de analisar os fundamentos, princípios e práticas de Educação Ambiental desenvolvidos em escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Araraquara/SP.

Neste artigo, apresentamos os resultados obtidos a partir da apreciação dos projetos político-pedagógicos das escolas pesquisadas, salientando que as análises estão fundamentadas em documentação oficial de âmbito nacional e em autores que abordam a educação ambiental nos aspectos da educação formal e da discussão teórico-científica.

Algumas considerações sobre a Educação Ambiental

Na medida em que os princípios e fundamentos da Educação Ambiental encontram-se organizados nas diferentes instâncias governamentais, notadamente na Lei Federal

9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999) e no Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (BRASIL, 2005), podemos dizer que as escolas têm apoio legal para a articulação de projetos e atividades voltadas à temática ambiental.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: Meio Ambiente e Saúde (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998), representam, também, um referencial pedagógico-metodológico que subsidia a educação em seu contexto global, em especial quanto aos currículos escolares, válidos para a formação de uma base curricular comum, orientando o trabalho pedagógico de Educação Ambiental no sentido de auxiliar a construção de uma consciência global relativa ao meio ambiente.

Para Layrargues (2004, p.7) existem “diversas classificações e denominações” que “explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental”.

O autor salienta que, no processo histórico da Educação Ambiental,

Houve momentos que se discutia as características da educação ambiental formal, não formal e informal; outros discutiram as modalidades da Educação Conservacionista, ao Ar Livre e Ecológica; outros ainda, a Educação “para”, “sobre o” e “no” ambiente (LAYRARGUES, 2004, p.7).

Segundo Layrargues (2004, p.7-8), “atualmente parece não ser mais possível afirmar simplesmente que se faz ‘Educação Ambiental’”, tendo em vista a dimensão do trabalho educativo com a temática e a existência de “atributos mínimos” que diferenciam a Educação Ambiental da Educação “que não é ambiental”, sendo necessário “re-significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos”.

Guimarães (2004), discutindo a Educação Ambiental sob uma perspectiva crítica, considera que há a necessidade de que tal educação seja capaz de construir e promover ambientes educativos formais e não-formais de

[...] mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (GUIMARÃES, 2004, p.30-31).

Para Guimarães (2004), a proposta de uma Educação Ambiental crítica, propõe “desvelar a realidade” e, ao inserir nela o processo educativo, “contribuir na transformação da sociedade atual”, de modo a assumir de forma “inalienável” a sua “dimensão política”.

Para Lima (2004), na década de 1990, em âmbito nacional, a Educação Ambiental ganhou impulso considerável,

[...] conquistando reconhecimento público e irradiando-se através de uma multiplicidade de reflexões e de ações promovidas por uma diversidade de agentes de organismos internacionais, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, universidades e escolas (LIMA, 2004. p.86).

Lima (2004, p.106) considera que a Educação Ambiental, de cunho emancipatório, parte do “diagnóstico de que a crise ambiental é resultante do esgotamento de um projeto civilizatório”, que erroneamente colocou o progresso e o conhecimento como “dominação e controle”, cujo poder econômico e político “coloniza e degrada a vida humana e não-humana”.

Segundo o autor, a Educação Ambiental deve agir como instrumento de mudança nos níveis social e cultural, atuando na concepção libertadora do homem, concomitantemente a outras iniciativas políticas, sociais, culturais e econômicas, na busca insaciável de entender e responder aos desafios postos pela crise social, ambiental e econômica mundial na atualidade (LIMA, 2004, p.106).

Apoiados em tais referenciais, entendemos que a Educação Ambiental, no contexto do processo de ensino-aprendizagem realizado na escola, deve buscar a emancipação política e social do educando e a construção de uma consciência ambiental crítica, configurando o que nos parece ser quase uma revolução, no sentido exposto por Reigota (2002).

Reigota (2002, p.33-34), em conferência proferida na Fundação S.O.S. Mata Atlântica em 1998, após ter abordado aspectos políticos da temática, abarcando “as relações entre o compromisso político e a competência técnica inerente à práxis da Educação Ambiental”, foi questionado por uma estudante de Biologia se o que se estava propondo era a revolução. A resposta dada pelo palestrante foi afirmativa, amparando-a na asseveração de que a proposta revolucionária da Educação Ambiental deveria ser entendida como uma revolução pacifista, manifestada pelo compromisso político no cotidiano das pessoas, “nas mais variadas atividades (profissionais ou não) do dia a dia”.

Como o autor, acreditamos que o trabalho pedagógico no tocante à Educação Ambiental deve contribuir para uma “revolução” no processo educativo, proporcionando experiências efetivas a partir da realidade cotidiana vivenciada pelo educando, contribuindo para que este construa valores e hábitos ecologicamente éticos, que levem a uma prática crítica e consciente.

Entendemos que o trabalho com Educação Ambiental deve estar presente nas escolas, inserido no cotidiano do professor, fazendo parte dos Projetos Político-Pedagógicos e que deve ser devidamente fundamentado para orientar as ações docentes e as atividades dos alunos.

Procedimentos metodológicos

O trabalho que ora apresentamos, como já apontado, é parte de um estudo mais amplo sobre as práticas e as ações com a temática ambiental em escolas municipais de Ensino Fundamental na cidade de Araraquara/SP.

No presente artigo, descrevemos e analisamos as informações sobre as propostas e as atividades em Educação Ambiental contidas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de oito unidades escolares selecionadas para a pesquisa.

As oito escolas, de um total de treze³ unidades que compõem a rede municipal de Ensino Fundamental de Araraquara, foram selecionadas em função de estarem localizadas no perímetro urbano da cidade.

As outras cinco escolas não foram incluídas no estudo por razões específicas: três delas fazem parte do programa Escolas do Campo (e estão localizadas em assentamentos rurais), e as outras duas foram inauguradas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa⁴ de Mestrado.

Uma vez selecionadas as escolas, o projeto político-pedagógico de cada unidade foi analisado, utilizando-se os exemplares localizados na biblioteca da Secretaria Municipal da Educação (SME), nos arquivos do então Coordenador Executivo Pedagógico da SME e os exemplares arquivados nas próprias unidades escolares.

Com vistas a organizar as possíveis informações sobre a temática ambiental nos referidos documentos, foi elaborado um roteiro de anotações – ficha de registro –, estruturado em torno de quatro questões fundamentais: a) qual o teor da proposta pedagógica para Educação Ambiental?; b) o texto faz referências a fundamentos teóricos?; c) quais modelos, meios, recursos e instrumentos são (serão) utilizados?; e d) como e por quem os trabalhos em EA são ou devem ser realizados?

As perguntas foram elaboradas com a finalidade de facilitar o detalhamento dos projetos desenvolvidos e das atividades e práticas escolares voltadas à Educação Ambiental.

As informações obtidas foram separadas em duas categorias: 1) conteúdos e atividades voltados para Educação Ambiental; 2) fundamentos ou referências teóricas que alicerçam a proposta de Educação Ambiental.

Com base nas informações obtidas, foi construído o Quadro.1 “Organização dos projetos político-pedagógicos das oito escolas da rede municipal de Ensino Fundamental de Araraquara/SP”, dividido em duas partes: uma referente aos conteúdos das propostas

³ Em outubro de 2008 foi encerrada a coleta de dados.

⁴ Este levantamento foi realizado no período de março a outubro de 2008.

pedagógicas e outra aos seus fundamentos. A partir dessa organização foram feitas as análises, tomando-se como referência os documentos legais e os autores que embasam o presente estudo.

Educação Ambiental nos projetos político-pedagógicos

Os dados dos projetos político-pedagógicos das oito escolas de Ensino Fundamental estão sistematizados no Quadro.1, no qual apresentamos os conteúdos de Educação Ambiental presentes nos documentos e referências aos fundamentos que embasam esses conteúdos.

Quadro 1. Organização dos projetos político-pedagógicos das oito escolas da rede municipal de Ensino Fundamental de Araraquara/SP

| Escolas | SISTEMATIZAÇÃO DOS PPP, SEGUNDO: | |
|-----------------|---|---|
| | Conteúdos e atividades da proposta pedagógica voltados para Educação Ambiental | Fundamentos ou referências teóricas que alicerçam a proposta de Educação Ambiental |
| Escola 1 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Passeios ao parque zoológico nas cidades de São Carlos e Ribeirão Preto, focando as temáticas: seres vivos, animais e ecologia. ▪ Aprendendo com a Natureza⁵. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há, no corpo do texto, nenhum fundamento teórico apresentado quanto à temática ambiental. |
| Escola 2 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Passeios diversos ao parque zoológico. ▪ Programa de Educação Ambiental Aprendendo com a Natureza. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há, no corpo do texto, nenhum fundamento teórico. |
| Escola 3 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ As referências que podem indicar atividades voltadas à educação ambiental estão relacionadas às saídas pedagógicas (zoológicos e ao museu de Paleontologia de Monte Alto). Contudo, encontramos nos anexos do PPP, a realização de outras duas atividades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ a “Mostra Cultural”, com a realização da feira do conhecimento entre alunos, abrangendo temas ambientais (água, animais, lixo, papel reciclado etc.); e ▪ a continuidade do projeto “Aprendendo com a Natureza”. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há nenhum referencial teórico para os dados que encontramos, exceto a fundamentação sobre o projeto “Aprendendo com a Natureza”, orientado pela CATI. |

⁵ O Projeto Aprendendo com a Natureza é comum a todos os 5º anos (antiga quarta série) das EMEFs da rede municipal de Araraquara, e se refere ao programa de educação ambiental (microbacias hidrográficas), desenvolvido e orientado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

| Escolas | SISTEMATIZAÇÃO DOS PPP, SEGUNDO: | |
|-----------------|--|--|
| | Conteúdos e atividades da proposta pedagógica voltados para Educação Ambiental | Fundamentos ou referências teóricas que alicerçam a proposta de Educação Ambiental |
| Escola 4 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ No PPP desta unidade não há qualquer referência ao que poderia ser entendido como atividade voltada à temática ambiental. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nenhuma informação |
| Escola 5 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Há no PPP um item intitulado “Procedimento Pedagógico – Trabalhando com Temas”, que ressalta a importância de trabalhar com questões voltadas à realidade do aluno, para “prepará-los para o exercício do bem viver”, no qual destacamos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ PROCEL → sobre mudanças de hábitos e uso consciente da energia elétrica; ▪ Projeto Valores para a Vida → que “suscita reflexões sobre as ações humanas”; ▪ Projeto Meio Ambiente → sobre a conscientização dos alunos a respeito da “interação cotidiana com o mundo buscando rever atitudes, pensar em soluções, observar onde vivemos e pensar o mundo que queremos”. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ As fundamentações se referem à: <ul style="list-style-type: none"> ▪ PROCEL → material de orientação elaborado pela ELETROBRÁS, com referências aos PCNs de Meio Ambiente. ▪ Para o Projeto Valores para a Vida não existem referências; ▪ Para o Projeto Meio Ambiente, são considerados como referências os seguintes: Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais; Manual de Reciclagem (Editora José Olímpio, 2000), além de alguns sítios na internet. (ecokids.com.br; tvcultura.com.br/aloescola/ciências). → Vale ressaltar que este referencial aparece citado como “bibliografia” no final da descrição do projeto. |
| Escola 6 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Meio-Ambiente (inserido no PPP), voltado a: noções básicas relacionadas ao meio ambiente; posturas ambientalmente sustentáveis dentro da escola e residência do aluno; domínio de procedimentos de conservação e manejo de recursos naturais; identificar a integração do indivíduo à natureza, levando a uma atuação crítica e responsável em relação ao meio ambiente. ▪ Aprendendo com a Natureza ▪ Outros projetos organizados de forma diversificada (vários temas dispersos). | <ul style="list-style-type: none"> ▪ A única referência é ao “Projeto Meio-Ambiente”, que aparece tendo como base os PCN. Porém, não consta de qual documento dos parâmetros curriculares o projeto foi retirado. |
| Escola 7 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitas diversas a parques zoológicos (São Carlos e Bauru), Centro de EA (RIPASA/Ibaté), focando os temas: | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há nenhuma referência para esses projetos, exceto o PROCEL, que foi introduzido na escola por iniciativa da |

| Escolas | SISTEMATIZAÇÃO DOS PPP, SEGUNDO: | |
|-----------------|--|---|
| | Conteúdos e atividades da proposta pedagógica voltados para Educação Ambiental | Fundamentos ou referências teóricas que alicerçam a proposta de Educação Ambiental |
| | animais, seres vivos/diversidade, meio ambiente e recursos naturais. <ul style="list-style-type: none"> ▪ PROCEL – A Natureza da Paisagem: Conservação e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica⁶. | Secretaria da Educação. |
| Escola 8 | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitas/passeios aos Parques Zoológicos de São Carlos, Ribeirão Preto e São Paulo, focando os temas: animais; diferentes seres vivos; e animais e ecossistemas. ▪ Visita à Estação Ecológica de Jataí (Luiz Antonio, SP), focando a questão do uso da água. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os projetos aparecem no PPP enquanto “Quadro de Visitas”, e não possuem nenhuma outra referência. |

Fonte: Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares pesquisadas. Documentação disponível para acesso público aos interessados na Biblioteca “Cora Coralina” do Centro de Formação de Professores “Paulo Freire” da Secretaria Municipal da Educação de Araraquara.

As informações contidas no quadro que acabamos de apresentar revelam um panorama multifacetado no que se refere à Educação Ambiental nas escolas pesquisadas, e, conseqüentemente, na rede municipal de ensino de Araraquara. Embora os projetos político-pedagógicos de sete, das oito escolas tragam conteúdos e atividades de Educação Ambiental, a partir do que foi observado, podemos apontar que:

1. Somente os Projetos Político-Pedagógicos das Escolas 5 e 6 trazem algum referencial teórico sobre a temática ambiental: o PPP da Escola 5 indica três projetos (PROCEL, Valores para a Vida e Meio Ambiente) nos quais são abordadas as questões ambientais no sentido de levar o aluno a refletir sobre suas ações no meio ambiente; o PPP da Escola 6 apresenta, a partir da citação dos PCNs, uma proposta de Educação Ambiental a ser desenvolvida na escola com o objetivo de discutir com os alunos a responsabilidade do ser humano com o mundo em que vive.

⁶ O projeto se refere ao Programa “PROCEL nas Escolas”, criado da parceria entre Ministério das Minas e Energia (MME) e Ministério da Indústria e Comércio (MIC), alocado na ELETROBRÁS, desenvolvido pela empresa estatal Furnas – Centrais Elétricas, e trabalha com a mudança de hábitos e eficiência energética, uma perspectiva voltada à educação ambiental com base nos PCN de Meio Ambiente.

2. Nos quadros anexos dos PPP das Escolas 1, 2, 3⁷, 7 e 8, especificamente nos cronogramas de visitas pedagógicas e passeios temáticos de cada unidade, encontramos indícios de uma proposta de trabalho voltada à Educação Ambiental nas visitas a jardins zoológicos, que abordam a relação dos seres vivos em seus habitats e ecossistemas e nas visitas a centros de educação ambiental de empresas privadas, complementando a proposta curricular.
3. A rede municipal recebe de outros órgãos estatais os projetos “Aprendendo com a Natureza” (EA a partir da preservação do meio ambiente) e “PROCEL” (combate ao desperdício de energia elétrica) e os aplica. O Aprendendo com a Natureza é desenvolvido junto ao quinto ano de todas as unidades escolares. O PROCEL está em fase de reformulação, com envio de novo material, para ser aplicado em todos os anos de todas as unidades. Em essência, são projetos prontos, “entregues” à rede municipal que deve aplicá-los e executá-los segundo orientações de seus idealizadores e financiadores. Tais propostas possuem, a nosso ver, um caráter externo à proposta pedagógica de cada unidade, que nem mesmo é consultada sobre seu interesse em aderir aos projetos.
4. No PPP da Escola 4 inexistem qualquer indicação de projetos voltados à temática ambiental, nem mesmo de passeios ou visitas. Contudo, sabe-se que há ações que são realizadas, mas estas, quase sempre, partem do planejamento individual de professores ou grupo de professores.

Diante do que foi observado, no que se refere aos conteúdos e fundamentos em Educação Ambiental, consideramos possível tecer uma síntese sobre os projetos político-pedagógicos das escolas pesquisadas:

- ✓ Os PPP analisados não contemplam uma visão sobre a temática ambiental, seja como “novos temas emergentes em educação”, tal como sugere Barcelos (2005), ou como tema transversal, mesmo tendo em mente que os PCNs ainda “deveriam” nortear a construção dos PPP;
- ✓ Os conteúdos de Educação Ambiental identificados nos PPP remetem, em sua maioria, a visitas e passeios diversos a zoológicos e parques temáticos e, excetuando-se os projetos PROCEL e Aprendendo com a Natureza, estão muito longe de discutir a realidade dos problemas ambientais enfrentados hoje.

⁷ Note-se que, em referência à Escola 3, existe ainda a menção à realização de uma “Mostra Cultural” com o objetivo de promover uma feira do conhecimento, abordando, entre outros, temas ambientais.

- ✓ Não existem referências que permitam identificar fundamentos ou referenciais teóricos para as atividades planejadas ou programadas, exceto para os projetos elaborados por outras instituições, como o PROCEL e o Aprendendo com a Natureza, o que demonstra a imensa distância entre teoria e prática no âmago da escola.

Considerações Finais

O panorama construído a partir das propostas de Educação Ambiental presentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental de Araraquara nos leva a afirmar que é preciso construir coletivamente uma rede de Educação Ambiental, tendo em vista as delicadas questões que envolvem a situação ambiental da cidade e, em especial, as comunidades da periferia, atendidas exclusivamente pelas unidades municipais de ensino.

Percebemos que falta uma articulação entre as ações planejadas pelas unidades escolares e o que é proposto pela Secretaria Municipal de Educação. Notamos, todavia, que a própria Secretaria carece de um programa de Educação Ambiental, pois, de fato, ela apenas encaminha para as escolas ou alguns projetos elaborados por outros órgãos ou sugestões de ações pontuais e esporádicas, em datas específicas.

É essencial que sejam construídas diretrizes de Educação Ambiental que sirvam de fio condutor para a rede pública municipal, ao mesmo tempo em que se respeite e valorize a autonomia e a dinâmica de cada unidade, valorizando-se o trabalho pedagógico local, associado ao trabalho coletivo e à troca de informações.

Fundamentados na bibliografia desta pesquisa podemos afirmar que a Educação Ambiental não pode ser tratada de forma estanque, particularizada na minúcia de cada situação, mas deve ser abordada a partir de um vínculo comum, de uma REDE comum, que possa fazer circular diferentes experiências e projetos.

Como conclusão, a fim de contribuir para o necessário debate sobre a promoção da Educação Ambiental na prática pedagógica escolar no que se refere ao ensino formal (ou mesmo não formal), destacamos a necessidade da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, de modo a aliar teoria e prática, considerando a importância desse documento como norteador do trabalho pedagógico desenvolvido. Na medida em que tal documento for assumido pelos professores e pela comunidade escolar, ele poderá servir de referência para um trabalho integrador, realizado por todos os profissionais da escola, visando a formação

plena do educando. As atividades planejadas e desenvolvidas pela escola devem possibilitar o diálogo com a comunidade e a sua participação, favorecendo a ampla discussão sobre os problemas ambientais tanto em nível local como global.

REFERÊNCIAS:

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. Navegando e traçando mapas: uma contribuição à pesquisa em educação ambiental. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de. (Org.). *Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p.63-84.

BRANCO, Samuel Murgel. *O meio ambiente em debate*. 26. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. ed. Brasília: Edições MMA, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2010.

_____. Lei nº. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acessos em: 10 mar. 2010.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Meio Ambiente*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC: SEF, 1998.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC: SEF, 1997.

GRÜN, Mauro. O conceito de holismo em ética ambiental e em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *Educação ambiental: Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.45-50.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Edições MMA, 2004. p.25-34. Disponível em <http://www.aja.org.br/publications/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Edições MMA, 2004. p.7-9. Disponível em: <http://www.aja.org.br/publications/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2010.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Edições MMA, 2004. p.85-111. Disponível em: <http://www.aja.org.br/publications/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2010.

REIGOTA, Marcos. Educação ambiental: compromisso político e competência técnica. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. *Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos*. São Paulo: Signus Editora, 2002. p.33-35.